

## Representações e Estilos de vida Num bairro de habitação social

João Paulo Feijó Barreira<sup>1</sup>

---

### Introdução

A comunicação em causa incide sobre o estudo das redes de relacionamento e representações sociais, das estruturas de organização familiar e dos estilos de vida da população de um bairro de habitação social de Braga

### 1. O bairro social das Andorinhas – uma caracterização física.

Construído pelo I.G.A.P.H.E., o bairro social das Andorinhas foi finalizado em 1986 e está localizado na freguesia de S. Vicente, na zona noroeste da cidade de Braga. A urbanização é composta por 33 blocos de apartamentos que compõem cerca de 240 fogos. A degradação de alguns edifícios é evidente do exterior – há paredes cheias de humidade e outras repletas de *grafitis*. O bairro possui diversos espaços verdes que apresentam um aspecto degradado e sub-aproveitado.

Esta urbanização encontra-se servida por catorze estabelecimentos não habitacionais. Sete desses lotes constituem hoje estabelecimentos comerciais. Em 1988, num protocolo com o então Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (F.A.O.J.), os restantes estabelecimentos foram cedidos a diversas associações. Os restantes sete estabelecimentos foram cedidos a diversas associações juvenis.

No bairro existe uma comissão de moradores que se formou em torno de uma polémica gerada por aumentos de rendas<sup>2</sup>. Os objectivos desta comissão encontram-se plenamente orientado para a questão dos pagamentos ao I.G.A.P.H.E.. Apesar de formalmente não existir nenhum condomínio, alguns moradores organizaram-se na manutenção dos prédios, particularmente na limpeza de escadas.

A acessibilidade geográfica às dinâmicas da cidade é uma realidade, pelos que os habitantes se encontram à partida integrados na mesma. Se essas condições físicas de acesso são uma realidade, as possibilidades económicas de aceder a universos pautados por um consumo hedonista e desenfreado (próprio das sociedades capitalistas) encontram-se à partida limitadas.

### 2. Objectivos do projecto de investigação

Esta investigação encontra-se inserida no âmbito de um estágio curricular integrado no curso de Sociologia das Organizações e realizado por intermédio do I.G.A.P.H.E. e posteriormente num projecto de investigação promovido pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Este exercício teve o seu início em Março de 1998 e terminou em Abril de 1999.

No decurso de uma primeira fase, e numa tentativa de conferir algum dinamismo aos espaços não habitacionais, foi planeado um conjunto de reuniões entre representantes das associações sediadas no bairro por forma a que,

---

<sup>1</sup> licenciado em Sociologia das Organizações

<sup>2</sup> - Em finais dos anos 80, este instituto fez uma reactualização das rendas que cobra mensalmente aos seus inquilinos. À semelhança de outros bairros do país, o sentimento foi de revolta e de recusa no pagamento desse aumento.

inseridas no âmbito das mesmas, fossem organizadas algumas actividades com a população mais jovem do bairro.

No seguimento desta orientação para a intervenção comunitária, e após uma certa «conquista» dos vários parceiros sociais (associados, Igreja, Junta de Freguesia, moradores, etc.) procurou-se esboçar uma análise sociológica do bairro – o nível sócio-económico, as relações familiares, as identidades e representações sociais ou os estilos de vida constituíram as dimensões em análise. A finalidade deste estudo dirigia-se sobretudo para a projecção de um possível plano de intervenção alargada no bairro.

Na recolha de informação foram usadas 3 técnicas de recolha de dados – trataram-se de diversas entrevistas, de um inquérito por questionário (aplicado a 80 famílias numa amostragem aleatória simples com recurso a intervalos regulares) e da inevitável observação participante.

### **3. A população do bairro das Andorinhas**

Ao longo do inquérito aplicado à população, foi recolhida informação não só acerca do inquirido(a) como também dos indivíduos que com ele(a) partilham o apartamento. Os resultados desta análise foram estruturados em torno de seis dimensões sociais, que se expõem em seguida.

#### **3.1. Qualificações e emprego - a estrutura sócio-económica**

Ao ser traçado um perfil demográfico da população, constatou-se que a média de idades da população que habita nos 80 apartamentos analisados é de 36,8 anos - o facto de 70% da amostra ter menos de 40 anos parece explicar este resultado.

Da análise dos inquéritos por questionário sobressaíram ainda os fracos níveis de instrução da população inquirida – 28% destes indivíduos nunca andaram na escola e 63% dos mesmos fizeram apenas a instrução primária elementar; Os restantes 9% da população possui, ainda que incompleto, o ensino secundário complementar<sup>3</sup>. Este fenómeno poderá estar associado ao facto de 55% dos inquiridos terem uma idade igual ou superior a 50 anos - a realidade socio-económica que conheceram em crianças era distinta da dos dias de hoje, e a escolaridade obrigatória não ultrapassava na época a 4<sup>o</sup> classe. Se forem contabilizados os restantes indivíduos que habitam nos apartamentos analisados constata-se que, apesar de apresentarem valores mais elevados, os níveis de escolaridade permanecem relativamente reduzidos – 11% da população em causa é analfabeta e 49% da mesma possui apenas a instrução primária. Da população restante, 25% possui o ensino preparatório ou unificado<sup>4</sup>, 13% o nível complementar e apenas 2% da mesma frequentou um curso superior. Dado que 28% dos moradores em causa têm menos de 20 anos, é de esperar que, a curto prazo, estes números sofram uma ascendência.

Em relação às ocupações profissionais verificou-se que 23% da amostra faz da actividade estudantil a sua principal ocupação. Suportando financeiramente este quase um quarto da amostra, 32% da mesma encontra-se empregada. Desta, a grande maioria (83%) possui uma profissão de carácter manual - tratam-se sobretudo de profissões operárias (metalúrgicos, mineiros, costureiras, etc.), de empregados administrativos executantes (auxiliares educativos) e de pessoal

<sup>3</sup> - No ensino secundário complementar incluem-se todos os indivíduos que possuem o actual ensino complementar, o antigo ensino liceal comercial ou industrial, o antigo 7<sup>o</sup> ano do liceu, e antigas secções preparatórias dos cursos comercial e industrial.

<sup>4</sup> - Dentro desta categoria inclui-se o actual 5<sup>o</sup> ou 6<sup>o</sup> ano, o actual curso unificado (7<sup>o</sup>, 8<sup>o</sup> e 9<sup>o</sup> anos), o antigo 1<sup>o</sup> ano do liceu, o antigo ciclo preparatório das escolas técnicas, os cursos gerais, e o antigo 5<sup>o</sup> ano.

de serviços de limpeza, pessoais e domésticos. Os restantes 17% têm um emprego de cariz intelectual (contabilistas, prospectores de vendas, etc.). O número de domésticas (15%) e de reformadas domésticas (7%) também foi significativo - se forem somados estes dois valores constata-se que um quinto da população é composto por senhoras que fazem da lida da casa a sua ocupação principal<sup>5</sup>. O conjunto da população aposentada fica completo com os 8% do total de indivíduos reformados de profissões de cariz tendencialmente manual. Os restantes 15% da população encontra-se desempregada. Plenamente associado a baixas escolaridades - 52% dos desempregados são ou analfabetos ou têm apenas a instrução primária, e os restantes não têm mais do que o actual 9º ano - o desemprego parece incidir sobretudo no sexo masculino (65%) e nas franjas populacionais com idades superiores a 30 anos (60%).

A inserção no mercado de trabalho parece ser efectuada com algumas deficiências. Enquadradas no campo da economia informal, discerniram-se algumas formas de trabalho sem contrato. Tratavam-se de trabalhos de limpeza (feitos por mulheres) e de outros «biscates» feitos por jovens do bairro (vendas ambulantes, etc.). Os contratos a termo certo são a modalidade contratual de 16% da população empregada. Esta situação pode ser relacionada não só com a actual crise no mercado de trabalho, mas também com as baixas taxas de escolarização da população em causa.

### **3.2. «Em casa manda ela, e nela mando eu» - a estrutura de organização familiar.**

Na análise das formas de organização familiar, não pôde deixar de ser observada a existência de um elevado número de viúvas – cerca de um terço das inquiridas (34%) encontrava-se nessa situação<sup>6</sup>. Nas restantes habitações predominaram as condições de coabitação de marido e mulher, em alguns casos vivendo com os filhos do casal e por vezes com a mãe de um dos cônjuges.

Tendo em conta a análise dos inquéritos, a estrutura de organização familiar pareceu assentar em moldes claramente patriarcais – 74% dos inquiridos que emitiram uma opinião acerca da frase “*o chefe da família deve ser o homem da casa*”<sup>7</sup> manifestaram um completo acordo com a mesma – tratavam-se de 78% das mulheres e de 90% dos homens.

Em relação á atitude de que “*em toda a sua vida uma mulher só deve conhecer um homem: o seu marido*”, houve um total de 80% de inquiridos em completo acordo com a mesma – nestes encontravam-se 75% dos homens e 87% das mulheres. Á luz destes resultados, o valor da castidade feminina pré-matrimonial parece dispor de uma séria notoriedade. Mantendo-se afastada das «bocas do mundo», e porque mostra que não tem propensão para a infidelidade, a virgindade pode ser considerada como a melhor garantia que uma mulher apresenta a um futuro marido de, um dia mais tarde, vir a ser uma esposa fiel, leal e submissa.

Apesar de manifesta uma opinião desfavorável aos actos de violência entre cônjuges, verificou-se nas atitudes dos homens a aceitação social de, em certas ocasiões, baterem nas suas esposas - “*violências do género do marido deu uma coça na mulher e partiu-a toda (...), isso não há. Mas até faz bem uma chapada na mulher de vez em quando se ela merecer*”. Para além de materializar o poder do homem, este tipo de agressão - expoente máximo do domínio marital - tem ainda efeitos reprodutores na estrutura familiar. A família não só transmite às crianças a representação da agressão física como um comportamento aceitável

<sup>5</sup> - O facto de serem «donas de casa» não significa que não façam pequenos serviços de limpeza, ou tenham outros trabalhos não declarados.

<sup>6</sup> - Pelo facto de não beneficiarem das condições de pluri-rendimento resultantes do trabalho do cônjuge, pensa-se que este número deve estar na origem do arrendamento social em questão.

<sup>7</sup> - Não foi eticamente possível conseguir a opinião de 6 viúvas inquiridas.

na resolução dos conflitos, como também as familiariza com essa possibilidade. Apesar de reconhecer a mudança (e de ser proferida em tom irónico), a expressão *“isso era dantes, as mulheres hoje levam pouca pancada”* reafirma a continuidade dessa tradição.

A importância da família para a população não foi explorada nos inquiridos. Porém, julga-se importante referir que, durante as brincadeiras das crianças foi possível observar uma certa indiferença das mesmas pelos seus familiares (primos, tios, sobrinhos ou irmãos). Era perante uma agressão física a um desses parentes que os sentimentos de fraternidade vinham ao de cima - a exaltação, os insultos ou as agressões eram então inevitáveis. Foi também evidente entre estas (e sobretudo entre os rapazes) que, todo e qualquer insulto dirigido aos membros femininos da família (e em especial à mãe) era encarado como algo de extrema gravidade<sup>8</sup>. Segundo Patrick Murphy (1994), *“nestes círculos sociais, as ofensas às mulheres são entendidas pelos homens como uma ameaça à sua identidade masculina, e os direitos de propriedade dos homens sobre as mulheres (...) são encarados de forma semelhante”*.

Apesar de haver a ideia de que *“os homens têm a obrigação de ajudar as suas esposas nas tarefas domésticas”* (73% de todos os inquiridos concordam, entre os quais 88% dos homens), na prática não existe uma única família consultada em que não sejam os membros femininos da mesma a ter a responsabilidade de *“fazer o almoço e o jantar”*, de *“arrumar a cozinha/limpar a casa”* e de *“passar a ferro”* (os homens apenas ajudam na segunda tarefa em 3% dos casos). Em 90% dos lares é também às mulheres que compete *“ir às compras”* e, *“levar os filhos ao médico”* é uma tarefa da responsabilidade dos membros femininos em 70% das famílias. Apenas quando se tem de *“comprar um bem familiar”*, *“ir ao banco ou ao seguro”* ou *“passear com os filhos”* é que tende a haver uma acção conjunta. No primeiro caso, em 70% dos apartamentos são os homens que tomam essa decisão, e no segundo é em 65% dos casos que são estes a tomar a iniciativa<sup>9</sup>.

Se for analisado o total de mulheres em idade activa<sup>10</sup> que habitam os 80 fogos inquiridos, verifica-se que 15% das mesmas se encontram a estudar e que 39% estão inseridas no mercado de trabalho (35% desempenham a função de domésticas e 11% estão desempregadas). Após a comparação destes resultados com os dados referentes à população masculina - 67% dos homens em idade activa possui um contrato de trabalho - constata-se que o número de mulheres a trabalhar fora de casa se apresenta claramente inferior. Enquanto que o desempenho do homem se orienta para o exercício profissional e para o exterior da esfera familiar - cabendo-lhe a ele o sustento da família e a gestão dos mais altos negócios da mesma -, o papel da mulher prende-se com a criação de um ambiente doméstico agradável - é a ela que lhe compete cozinhar, limpar a casa e cuidar da roupa dos membros da família. Este fenómeno parece estar relacionado não só com o baixo nível de escolaridade da população feminina, mas também com outras questões de carácter cultural que têm sido analisadas.

O facto de 35% das mulheres em idade activa serem donas de casa pode estar na origem da sua dependência em relação ao marido. Por um lado, as possibilidades de terem uma segurança económica e de obterem no futuro os benefícios de uma reforma são praticamente inexistentes. Por outro, a falta de oportunidades de alargamento dos seus contactos profissionais impedirá ainda que se libertem da «subjugação marital». Esta não participação na vida pública parece evidente pelo facto de, das 21 famílias (26%) em que um dos cônjuges tinha sido membro de uma associação (que constituíram sobretudo sindicatos),

<sup>8</sup> - Ser chamado de “filho da puta” constitui uma ofensa que requer a vingança ou as desculpas adequadas.

<sup>9</sup> - Pelo facto de muitos dos filhos terem já atingido a adolescência ou mesmo a maioridade, foi revelado que já não demonstravam vontade de passear com os seus pais. De qualquer modo, não deixou de ser evidente que, quando se realizavam, esses passeios aconteciam sobretudo em família.

<sup>10</sup> - Considerou-se a idade activa como a compreendida entre os 16 e os 60 anos inclusive.

em todos eles ser o marido a tomar essa iniciativa. A oportunidade de uma mulher se expressar, discutir ou tomar decisões no âmbito dos assuntos públicos, enfim, de exercer o seu direito de cidadania, está á partida limitado neste sistema cultural.

Em 23% das famílias analisadas verificou-se que as esposas exerciam uma profissão fora da esfera familiar. Contudo, continuavam a ser elas a exercer as «lidas da casa», o que leva a crer que o emprego feminino não contribuiu para a modificação das estruturas familiares. Admitindo que não dispõem de recursos financeiros para contratarem uma «mulher a dias», e pelo facto de os maridos não parecerem preparados para harmonizar essa «dupla carreira», as possibilidades de ambos os cônjuges progredirem na escala profissional não se verifica em condições de igualdade. Se existe uma certa simetria na família no sentido em que ambos contribuem para o rendimento no agregado familiar, a mesma já não se verifica no que diz respeito à noção de cabeça de casal, ou á distribuição das tarefas domésticas. Segundo José Machado Pais (1985), essa acumulação de trabalho tende a agravar-se com o nascimento do primeiro filho, acontecimento este que tem uma importância crucial na vida das jovens mulheres. Desistindo de um eventual emprego, a mulher deixa de ser empregada do patrão e passa a sê-lo, de certa forma, do seu marido. A sua participação na vida profissional parece constituir apenas uma pré-condição para a mudança dos papeis familiares.

Um aspecto que contrasta com estes resultados prende-se com a existência de 4 mulheres divorciadas. Se se seguir o raciocínio exposto, o facto de essas mulheres trabalharem fora de casa parece ter aumentado as suas possibilidades de emancipação em relação ao marido (contestando assim esta cultura patriarcal). Essa instabilidade conjugal (resultante da insatisfação de expectativas referentes à realização do papel dos cônjuges) encontra-se assim na linha do que se tem vindo a desenvolver.

Um dado curioso prende-se com o facto de as donas de casa inquiridas não se terem manifestado particularmente descontentes com o seu papel - consideravam que estavam em casa e, portanto, podiam e deviam fazê-lo. Apesar de ser discernida toda uma série de conflitos<sup>11</sup>, a vida familiar era apresentada pelas mesmas como se se desenvolvesse num sistema claramente funcional. O papel social tradicional parece aqui mais preponderante do que o direito à individualização para que tendem as sociedades modernas (Lipovetsky, 1989).

O apartamento é o espaço onde as donas de casa passam grande parte do seu tempo, onde exercem grande parte da sua actividade e onde se verificam as suas principais relações sociais. Se analisarmos a natureza do papel da mulher, bem como os mecanismos informais que esta adopta, a dona de casa parece ter uma considerável autonomia e influência na resolução dos problemas do dia-a-dia. A divulgação dos electrodomésticos possibilita-lhe um trabalho com menos ardor do que o teve em outras épocas - se apenas em 5% e em 10% dos lares existe respectivamente um microondas e uma máquina de lavar loiça, os aspiradores e as máquinas de lavar roupa podem ser encontrados em 70% e em 85% dos apartamentos. Com estes utensílios, a mulher passa a dispor de mais tempo livre para se dedicar a outras tarefas. Nada lhe parece impedir de ir ao café, de conversar com as vizinhas, ou pelo menos que as tarefas sejam feitas à sua maneira. Por outro lado, e no que respeita às despesas relacionadas com a manutenção diária do lar, o papel de tesoureiro da mulher foi empiricamente evidente - em 90% dos apartamentos analisados, era aos membros femininos da família que competia ir "*ir ás compras*". A dona de casa administra assim o dinheiro que não é ganho por ela, mas que o marido lhe fornece. Se é a esposa quem governa a casa, a autoridade do esposo - enquanto chefe da família

<sup>11</sup> - Quando um inquirido me respondia que concordava com a ideia de que "*os homens têm a obrigação de ajudar as suas esposas nas tarefas domésticas*", a sua mulher, que ouvia a conversa no interior do apartamento, protestou que este não colaborava nas mesmas. A resposta do marido foi pronta: «Está calada!».

legítimo<sup>12</sup> - apresenta alguns aspectos curiosos. O marido aparece distante das funções de manutenção diária da casa<sup>13</sup>. Contudo, foi evidente que quando este faz ouvir a sua voz, esta é recebida como uma ordem pelos restantes membros da família<sup>14</sup>.

Lideradas pelas esposas ou pelas mulheres mais velhas, a realização das tarefas domésticas conta também com a colaboração das filhas. As raparigas tendem a seguir assim um modelo de comportamento bem definido - serem boas donas de casa, boas esposas e boas mães - e essas qualidades instrumentais são desde cedo apreendidas. O processo de socialização feminina leva as mulheres a interiorizar todo um conjunto de valores - de passividade, de submissão, etc. - que as levarão a ocupar, um dia mais tarde, uma posição subordinada na família e na sociedade. Segundo Pierre Bourdieu (1972), a interiorização por parte dos actores sociais da exterioridade (condições de existência) é um processo subtil com múltiplas condicionantes, em que se estrutura e reestrutura o sistema de disposições - o *habitus* - ele próprio gerador de comportamentos e práticas.

A forma de repartição das tarefas domésticas parece depender de quem tem o poder na família<sup>15</sup>. A participação do jovem marido nas lidas da casa tende a ser regulado por uma socialização de tipo tradicionalista.

A polarização de papeis entre marido e mulher sugere a ideia de que estamos perante entidades separadas, cujo elo principal é o de partilharem o mesmo apartamento. Ao ser afirmado o poder do marido, bem como a complementaridade de funções (onde cabe à mulher uma actividade subordinada), não se quer com isso dizer que essa divisão do trabalho não seja acompanhada de conflitos por parte dos membros do casal. O que se julga de interesse salientar é que existe essa cultura com tendência a ser reproduzida geracionalmente. A questão de como este sistema se adaptará ao aumento da escolaridade feminina, às tendências de subida das suas taxas de actividade profissional - terciarização e feminização da mão de obra (Torres, 1987) -, e aos novos estilos de vida burgueses divulgados pela sociedade de consumo torna-se cada vez mais pertinente. É natural que a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, em condições cada vez mais igualitárias com o homem, produza conflitos na vida familiar. A resposta a esta questão dependerá por isso do tipo de recursos (capital económico, social e cultural) disponíveis por cada um dos cônjuges.

### 3.3. A «má vizinhança» - relações entre vizinhos e redes de sociabilidade

Segundo Isabel Guerra (1996: 173), e no sentido em que se verifica uma ruptura com as formas de apropriação do espaço, com as redes de sociabilidade e com os modos de vida, o fenómeno de realojamento constitui “*um processo de «urbanização à força»*”.

Na procura do conhecimento das redes de relacionamento social dos moradores verificou-se que, antes do realojamento, a família detinha então uma posição hegemónica, centrando em si 88% das respostas. Os vizinhos surgiam em segundo lugar – 48% dos inquiridos responderam que era com estes que se costumavam relacionar.

<sup>12</sup> - Esta legitimidade deve ser interpretada no sentido weberiano do termo - pelo facto de lhe ser reconhecida pelos subordinados, a autoridade do líder apresenta-se por isso legítima (JESUÍNO, 1987).

<sup>13</sup> - A sua participação nas tarefas domésticas prende-se sobretudo com pequenas reparações - os homens desempenham essa função em 67% dos lares.

<sup>14</sup> - A figura autoritária do marido foi evidente em inúmeros episódios quotidianos - perante a desobediência dos filhos, a ameaça de revelar esse comportamento ao pai da criança era uma estratégia adoptada pelas mães com relativos sucessos.

<sup>15</sup> - O poder deve aqui também ser entendido numa perspectiva weberiana - como a capacidade de um indivíduo influenciar o comportamento de outro (Jesuino, 1987).

Com o realojamento no bairro das Andorinhas, a família parece ter mantido a sua posição de destaque, dirigindo-se para esta a maioria das sociabilidades positivas – 92% dos inquiridos mantêm relações de amizade com a família, o que parece realçar a sua importância enquanto espaço emocional de encontro. As sociabilidades dirigidas aos restantes moradores da urbanização assumem uma expressa dimensão conflitual – 45% dos inquiridos apontaram a “*má vizinhança*” como um dos problemas do bairro. Esta questão não pôde deixar de ser desenvolvida pelos moradores nas várias conversas informais mantidas com os mesmos - a “falta de limpeza” e a “má educação das pessoas” constituíam aspectos desse problema. Não só entre as crianças<sup>16</sup> como entre os pais das mesmas, as situações de conflitualidade foram frequentemente presenciadas ao longo do período de estágio<sup>17</sup>. Estes problemas de relacionamento foram ainda descritos pelo padre da freguesia de S. Vicente com relativa exaltação - “*É o princípio da competição. Da competição. Alguns estão lá porque não têm outra alternativa não é? Se não já tinham saído. Conheço o caso de uma família que se queixou coitadinha que não podia dormir em paz porque era sempre a fazer barulho. Quando vinha à janela apoiada nas suas canadianas, era tratada mal, que isto que aquilo*”.

Apesar destas dificuldades de relacionamento, é também com os vizinhos que 39% dos inquiridos costumam estruturar as suas amizades. Estes números podem estar associados ao facto de muitos dos moradores terem sido desalojados da mesma zona, pelo que algumas relações de vizinhança sofreram uma continuidade com o realojamento. Admitindo esta hipótese poderá existir uma atitude selectiva e restritiva no relacionamento entre vizinhos. De referir ainda a baixa incidência dos amigos de fora do bairro (que poderiam ser antigos vizinhos) com apenas 3% de respostas declaradas.

Estes dados permitem pensar que, contrariamente ao que sucedeu noutros bairros do país<sup>18</sup>, a chegada ao bairro social das Andorinhas não implicou um encerramento do círculo de sociabilidades em torno do grupo familiar. É certo que, acompanhando um aumento da família em 4%, a vizinhança diminuiu em 9% a sua importância em termos de grupo de relacionamento. Contudo, o que parece de realçar é o carácter conflitual dessa relação.

Numa tentativa de conhecer o carácter da relação entre o indivíduo e a população do bairro foram tipificadas 3 formas de convivência social dentro do mesmo: a de **inserção** (relacionamento não só com familiares mas também com vizinhos), a de **demarcação** (relação exclusiva com familiares ou com pessoas com quem divide o apartamento) e a de **isolamento** (caracterizada pela inexistência de qualquer convívio social duradouro). Na análise das respostas predominaram as atitudes de inserção (43%) e de demarcação (47%) o que parece vir reforçar a ideia de que, apesar de uma parte considerável da população não apresentar dificuldades de relacionamento com os seus vizinhos, uma proporção semelhante da mesma não consegue deixar de esconder uma atitude selectiva e restritiva nesse campo. Por fim, foi diminuta a proporção (10%) dos inquiridos que manifestaram não se relacionar com ninguém.

Na exploração da intimidade destas relações sociais foi seleccionado como indicador a confiança para recorrer, em caso de dificuldades económicas ou

<sup>16</sup> - Segundo o animador cultural do Projecto Reagir as crianças são “*muito orientadas para o contacto físico, para a agressão, e para a agressão verbal, com que facilidade eles se agridem verbalmente uns aos outros a propósito de nada*”. É com pouca frequência que emprestam os seus brinquedos (bicicletas, etc.) e, quando o fazem é normalmente com pesadas condições.

<sup>17</sup> - Uma jovem do bairro contou-me um episódio em que se envolveu numa discussão com uma amiga sua quando era criança. Perante o que se passava, as respectivas mães iniciaram uma discussão entre si em torno de qual das filhas seria a culpada desse desacerto. Enquanto no dia seguinte as crianças voltaram a brincar em conjunto, as suas mães continuam de relações cortadas.

<sup>18</sup> - Ver FREITAS, Maria João (1994), “Os Paradoxos do Realojamento” in *Sociedade e Território*, nº 20, pp. 26-34.

afectivas, ao grupo de indivíduos em causa. A família surgiu como o principal refúgio na solução dos problemas - enquanto apenas 9% da amostra recorria aos vizinhos *“quando precisa[va] de ajuda”*, a família era procurada por 75% dos inquiridos em tais situações. Esta dimensão providente da família foi manifesta no facto de um elevado número de indivíduos partilharem o apartamento com os seus progenitores - 114 jovens com idades iguais ou superiores a 18 anos habitavam com os pais ou avós, o que fez uma média de 1,4 indivíduos por apartamento. Este prolongamento da coabitação poderá estar relacionado com certos fenómenos como a crise no mercado de trabalho ou a expansão da idade escolar.

A recorrência à Segurança Social apareceu também significativa - 32% dos inquiridos responderam que era à assistência social que se dirigiam em situações de dificuldade. A este fenómeno não deve ser alheio o facto de a freguesia de S. Vicente ter sido uma das áreas escolhidas para atribuir, de forma pioneira, o rendimento mínimo garantido. Seria interessante relacionar este fenómeno de recurso (quase que em massa) à assistência social, com as políticas assistencialistas do Estado que, na lógica do mercado eleitoral, têm perpetuado a chamada cultura da pobreza (Santos, 1990). Quando me apresentava aos moradores durante a aplicação dos inquéritos, foram frequentes determinado tipo de perguntas como *“é p’ra dar alguma coisa?”*. Quando lhes era explicado o motivo da visita, o desagrado era evidente - *“oh, se fosse para dar alguma coisa...”*. Estas estratégias de sobrevivência assentes na caridade de terceiros foram também evidentes nos comentários do padre da freguesia sobre a população - *“Aquela gente só sabe é pedir. Eles só vão à Segurança Social para pedir. É aldrabam os dados. Tenho conhecimento. Agora trabalhar não estão para isso. Já lá temos ido perguntar se há pessoas que queiram vir trabalhar aqui na igreja a limpar e assim, mas não. Eles preferem pedir. Dá-lhes menos trabalho”*. Segundo o pároco, não faltaram histórias de pessoas que *“se estavam a aproveitar”* da distribuição de géneros pelos mais pobres, por parte da Igreja - *“quando sabiam que nós lá íamos escondiam os televisores, escondiam os telefones para a gente vir com uma ideia de que realmente eles eram pobrezinhos”*.

### **3.4. «Gosto da casa mas não gosto do bairro» - identidades e representações sociais**

O espaço físico, enquanto espaço de inscrição das práticas sociais, constitui um vector importante na análise da formação de identidades. Para além dele existe toda uma imensidão de dimensões - condições existenciais concretas (capital económico, social, etc.), percursos de vida, referências sociais e culturais, aspirações, expectativas quanto ao futuro ou estratégias sociais - que geram todo um sistema de identidades e de representações. Destes processos dependerá em grande medida o modo como cada indivíduo apreende e se apropria desse espaço (Gonçalves: 1994).

Quando se perguntou aos inquiridos se gostavam da sua casa, 86% dos mesmos emitiram uma resposta positiva. Esta apreciação pode estar associada ao perfil social desta população (marcado por baixos níveis escolares e profissionais e por recursos económicos e sociais relativamente reduzidos) ou à precariedade das condições habitacionais precedentes - 18% dos inquiridos são provenientes de um centro de acolhimento, 8% viviam numa barraca e 15% coabitavam com familiares<sup>19</sup>. A interiorização dessas condições de vida pode ter fixado as expectativas de melhoramento da qualidade habitacional em círculos reduzidos, gerando-se sentimentos de conformidade e de satisfação em relação ao apartamento atribuído. Apesar de serem apontados problemas como a

<sup>19</sup> - Muitos indivíduos que viviam em casas arrendadas referiram existir problemas de humidade, de infiltrações ou de fracas condições sanitárias nas anteriores residências.



humidade ou a má qualidade das construções, a melhoria substantiva das condições residenciais era a justificação mais comum, quando manifestavam um gosto pelo apartamento. Este parece surgir como uma concretização de um sonho, alimentado por uma população sem grandes capacidades (não só financeiras mas também culturais) de, por meios próprios, resolver as suas carências habitacionais.

O apartamento foi valorizado mais pelas condições de habitação do que pelo modo de realojamento. Em relação ao bairro predominou uma imagem tendencialmente negativa - 40% responderam que “*não gostavam*” e 37% revelaram que “*não gostavam nada*”, pelo que cerca de três quartos da população manifestou uma imagem desvalorizante do mesmo. As razões apontadas para tal avaliação prenderam-se sobretudo com três factores. Em primeiro lugar, o problema da insegurança (plenamente relacionada com a questão da toxicodependência) foi apontado por 68% dos indivíduos que mostraram um desgosto pelo bairro. Em segundo lugar, a “*má vizinhança*” (57%) e a “*falta de limpeza*” (20%) - associada aos vizinhos - foram também indicados como factores de desagredo pelos indivíduos que não gostavam do local. Já no campo urbanístico, a “*má qualidade das construções*” (15%) e a “*degradação do bairro*” (18%) foram outros problemas referidos. Estas queixas eram frequentemente acompanhadas por convites para entrar no apartamento - era-me apontada a humidade nas paredes que, segundo os moradores, se encontrava na origem de várias doenças respiratórias<sup>20</sup>.

Encontrou-se ainda um outro tipo de moradores que, apesar de manifestarem um certo gosto pelo bairro, praticamente não o frequentavam, manifestando mesmo um certo distanciamento em relação aos seus residentes - “*Não é que não goste do bairro mas gosto de chegar a casa do trabalho e gosto de estar com a minha mulher e com o meu filho. Depois com as pessoas, digo boa noite aos vizinhos. Não gosto de me meter nessas confusões*”.

Finalmente, não se pode deixar de referir os 22% de inquiridos que gostam de viver no bairro, para os quais a vinda para este significou alguma melhoria, quanto mais não seja em termos habitacionais.

A imagem do bairro parece ser indutora de um sentimento de desgosto<sup>21</sup> - “*Sim, aqui há muita pobreza, Deus me livre então é quase vá, cinco famílias ou seis num bloco a morar, que pobreza! Aqui há muito, bastante*”. Esta auto-depreciação traduziu-se frequentemente em tendências de vitimização, e esse estigma era utilizado com engenho para retirar benefícios secundários<sup>22</sup>. Esta fragilização das identidades sociais dos habitantes pôde ser observável na análise dos inquéritos. É verdade que 23% e 8% da população afirmaram que a sua situação social era “*média*” e “*boa*” respectivamente, o que totaliza 31% da amostra com uma auto-imagem positiva. Contudo, 17% dos inquiridos percepcionou a sua situação social como «*má*» e 52% dos mesmos encararam o seu estado como «*razoável*» o que, somado, totaliza 69% de indivíduos com uma identidade tendencialmente negativa. Esta auto-percepção social parece encontrar-se correlacionada com o referido desgosto pelo bairro – 68% dos inquiridos que consideraram a sua situação social abaixo ou no limiar do aceitável («*má*» ou «*razoável*») haviam manifestado um descontentamento por viver no bairro social das Andorinhas.

<sup>20</sup> - Alguns moradores sentiram necessidade de fazer obras em suas casas.

<sup>21</sup> - Durante a aplicação dos inquéritos tive a oportunidade de ouvir relatos que constituíam verdadeiros dramas familiares. Após o realojamento no bairro das Andorinhas foram vividas situações como o (des)falecimento de cônjuges, o abuso de drogas por parte de filhos ou netos, angustiantes situações de solidão, etc.. No narração destes episódios era com dificuldade que os inquiridos sustinham a mágoa e a tristeza, pelo que o discurso era frequentemente interrompido pelo choro.

<sup>22</sup> - No capítulo anterior falou-se das estratégias adoptadas pela população assentes na caridade de terceiros (Igreja, Segurança Social, etc.).

O estigma manifesto em relação ao bairro<sup>23</sup> e os referidos problemas de vizinhança parecem desencadear um processo de grande conflitualidade interna<sup>24</sup>. O facto de muitos moradores terem de se confrontar com pessoas com quem manifestam incompatibilidades (num espaço que lhes devolve uma imagem tendencialmente negativa de si próprios), obriga a que se engendrem variadas estratégias de demarcação - “*a minha vida é mais em casa, não me dou com ninguém*”. No bairro coexistem populações provenientes de diversas zonas da cidade, que têm nas baixas qualificações escolares e profissionais e nos relativamente reduzidos recursos económicos algo em comum. Encontrando-se particularmente vulneráveis a diversos problemas que condicionam o gosto, as imagens locais e os sentimentos de pertença, esta população converte-se por isso em objecto de várias formas de (auto)exclusão social. Indutores de sérias patologias sociais - “*má vizinhança*”, “*droga*” (tal como são referidos pelos inquiridos) - os principais factores de insatisfação estão visivelmente associados à própria composição e às dinâmicas sociais da população.

Se o apartamento aparece nitidamente valorizado, o realojamento não parece ter induzido nos moradores maiores perspectivas de promoção e de integração social - quando se lhes perguntou acerca de como achavam que seria o seu futuro, 38% dos inquiridos responderam que pensavam que seria pior. Se considerarmos que em 35% das respostas os indivíduos afirmaram não saber, aquele número torna-se particularmente significativo - de referir que 17% julgaram o futuro como algo que não trará grandes alterações e apenas 13% dos inquiridos emitiram uma atitude optimista em relação ao mesmo.

Face aos problemas de acumulação de dívidas ao I.G.A.P.H.E.<sup>25</sup>, que se encontravam à data a ser exigidas por este instituto, e perante a então falta de apoio da Câmara Municipal de Braga (C.M.B.) nesta questão, o sentimento predominante foi de autêntico desamparo - “*os próprios filhos da terra, fomos abandonados aqui caramba!*”. A representação que fizeram do apoio desta autarquia e daquele instituto foi bastante negativa - 75% dos inquiridos consideraram que a Câmara Municipal “*tem feito pouco*” pelo bairro das Andorinhas, e 90% dos mesmos manifestaram essa opinião em relação ao I.G.A.P.H.E..

Foram também manifestados problemas de saúde<sup>26</sup> e de falta de apoio por parte do sistema de assistência social - 60% dos inquiridos consideraram que a actuação da Segurança Social tem sido fraca. Desses problemas patológicos sobressaia sempre uma auto-imagem negativa.

A população inquirida manifestou ainda a existência de deficiências no bairro em termos de serviços e equipamentos sociais - a necessidade de intervenção policial no local foi referida por 40% dos indivíduos e as carências de equipamentos de lazer para crianças e jovens foram apontadas por 45% dos inquiridos.

Foi comum o relacionamento do bloco onde se encontram os estabelecimentos não habitacionais com a questão da toxicodependência - “*os drogados também existem aí debaixo. Estão todo o dia também. Também. É só droga. Isto havia de acabar não é? (...) porque dá mau ambiente, quer p’ra nós quer p’rás crianças*” (morador 2). Pensa-se que o relativo estado de abandono dessas instalações tem contribuído para esta representação negativa do local. Este fenómeno pode estar na origem do desconhecimento das associações sediadas nos estabelecimentos não habitacionais - 48% dos inquiridos não

<sup>23</sup> - Através das crianças e de alguns moradores em conversas de café, tive a oportunidade de ouvir por várias vezes que o bairro das Andorinhas “*é o bairro da droga*”.

<sup>24</sup> - É sensível uma enorme quantidade de *stress* acumulado da parte dos moradores, e é com relativa facilidade que se geram irritações e discussões.

<sup>25</sup> - De acordo com a política do I.G.A.P.H.E., as restaurações dos prédios não são feitas nestas situações, pelo que a degradação dos mesmos é hoje uma realidade.

<sup>26</sup> - Era com frequência que os inquiridos mais idosos me mostravam as caixas dos medicamentos que tomavam, ou as indicações passadas pelos médicos.

conhecem nenhuma associação e 38% dos mesmos sabem apenas da existência da Associação Juvenil Aventura da Saúde<sup>27</sup>. Nas respostas aos inquiridos, esse desconhecimento era referido em tom de desinteresse e de indiferença e pela situação<sup>28</sup>. A manifestação de um distanciamento face a essa zona também foi frequente – algumas famílias não gostam de frequentar o café e manifestam receio em deixar os filhos sozinhos nessa área. Estamos assim perante uma estratégia de recusa da imagem do espaço, o que pode ser interpretado como uma forma de preservação das suas próprias imagens.

Não se pode dizer com rigor que, para os habitantes do bairro, a vinda para este tenha significado uma mudança claramente negativa - se 45% dos inquiridos responderam que “*a vinda para este bairro foi uma coisa que prejudicou*”, houve 35% de respostas satisfatórias com essa alteração residencial.

Convém ainda referir a forte imagem negativa que é devolvida ao bairro pelo exterior - pela escola (como veremos mais à frente), no mercado de trabalho ou pela comunicação social<sup>29</sup>. Paradoxalmente, e como veremos mais à frente, essa imagem é interpretada por alguns jovens como algo digno de orgulho.

Sendo na rua que um número significativo de crianças estrutura as suas brincadeiras, este espaço adquire, enquanto contexto de socialização, uma importância considerável. O género de experiências sentidas na rua, as competências sociais daí adquiridas, e a inexistência de relações estáveis com adultos<sup>30</sup>, constituem elementos importantes na compreensão dos modos de estruturação dos valores e dos estilos de vida das crianças. Ao longo do estágio constatou-se que as brincadeiras dos mais novos são pautadas sobretudo pela actividade física – qualificadas pela força e pela impulsividade, e atravessando por vezes os limites da violência e da brutalidade, as lutas nos jardins ou as frenéticas corridas de bicicleta constituem exemplos das formas de divertimento das crianças. Sendo valorizados pelos códigos da rua, a coragem, a valentia, a força de carácter ou o orgulho compõem um conjunto de qualidades de quem é capaz de sobreviver às contrariedades e de ter uma forma independente de olhar a vida. À luz deste princípio, os elementos de referência do grupo são aqueles com mais demonstrações feitas da sua bravura – desempenhando o papel de líderes, não manifestam qualquer espécie de receio por situações de conflito aberto e é com orgulho que se apresentam como temidos pelos restantes companheiros.

Sendo a vida na rua marcada pela dureza e pela violência, é compreensível que os rituais de inserção sobrevalorizem as demonstrações de valentia e de resistência ao sofrimento<sup>31</sup>, de modo a avaliar a capacidade real de cada um dos iniciados aguentar as diferentes situações com que se irá deparar – ser acusado de «*paneleiro*» ou ser mantido à distância até demonstrar o seu valor constituem possíveis sanções para aqueles com poucas provas dadas neste sentido.

Nos discursos dos mais velhos foi evidente uma certa pressão para a autonomização das crianças. Segundo estes, os mais jovens devem saber

<sup>27</sup> - Este reconhecimento deve-se certamente à existência de um A.T.L. promovido pelo Projecto Reagir em parceria com a Associação Aventura da Saúde.

<sup>28</sup> - Nas repostas aos inquiridos foram comuns algumas respostas como «*isso não sei, eu p'ra esses lados não costumo ir*». Comentando a forma como as lojas do I.G.A.P.H.E. foram aproveitadas pelas associações ocupantes, um merceeiro de uma dessas lojas ironizava: «*isto está uma maravilha, como pode ir ver*».

<sup>29</sup> - O Jornal de Notícias (9-9-1998: 33) referia-se ao bairro das Andorinhas como «*o bairro da droga*». Durante a mesma notícia, e descrevendo o comportamento das crianças durante uma visita à Bracalândia (parque de diversões da cidade), estas foram qualificadas de “*rebeldes*” visto que “*até pareciam Índios [...] mal os despejaram no vasto recinto*”.

<sup>30</sup> - Os comerciantes e os habitantes do bairro mostram um sério desagrado pelas crianças que consideram bastante “*mal educadas*” e a quem se referem (em tom depreciativo) como a “*canalha*”.

<sup>31</sup> - As cicatrizes são exibidas com orgulho, e é com altivez que se descrevem determinadas aptidões, como conseguir carregar uma botija de gás ou cavar um buraco bem fundo com uma enxada.

alcançar os meios do seu sustento, por forma a satisfazerem progressivamente as suas necessidades de forma independente. As crianças são desde cedo chamadas a assumir responsabilidades familiares (tomar conta de irmãos ou sobrinhos), e autorizadas ou incentivadas a encontrar na rua parte dos recursos inexistentes em casa<sup>32</sup>. Num contexto perpassado pela precariedade material, onde cada um deve saber defender-se a si próprio, estão reunidas as condições para o desenvolvimento de um sentido de oportunidade - trata-se de todo um conjunto de saberes e de aptidões individuais e sociais que realçam o sentido de observação e de aproveitamento das oportunidades surgidas casualmente. A distinção entre o legal e o ilegal aparece por vezes pouco significativa. O apelo para a autonomização dá-se num contexto informal em que a violência simbólica ou as pequenas ilegalidades parecem fazer parte do imaginário colectivo. Os mais novos contam histórias de como entraram na Bracalândia sem pagar bilhete, e algumas crianças ficaram proibidas de frequentar as instalações da Quercus por terem furtado algum material que havia para venda (canetas, lápis, autocolantes, brochuras, etc.). O quotidiano dos mais novos é assim marcado pelo imediatismo e pela imprevisibilidade – os vastos comportamentos desviantes que foram presenciados<sup>33</sup> devem ser entendidos como uma resposta a relativas carências materiais, ou como formas de elevação de estatuto e de afirmação pessoal e grupal. As estratégias de gestão do quotidiano surgem como uma adaptação a um contexto desfavorável. Caracterizados pela destituição e pela convivialidade (Almeida, 1992) estes modos de vida levam-nas a viver de acordo com o momento, sem qualquer estratégia a médio prazo, procurando apenas satisfazer as suas necessidades imediatas. A gestão do quotidiano é feita entre a carência e o excesso – as crianças estão frequentemente a «pedinchar» e o dinheiro que trazem consigo é imediatamente gasto em pequenas guloseimas.

Vivendo próxima do centro da cidade, a população deste bairro (fisicamente degradado) encontra-se em contacto com toda uma série de novidades mediáticas derivadas do consumo e do lazer. Ostentando uma grande diversidade de símbolos de riqueza e de poder, o centro da cidade exerce sobre si uma certa atracção «caleidoscópica» (Rodrigues, 1992), á partida tanto mais forte quanto as dificuldades de aceder a este universo. Admitindo que a juventude constitui um alvo preferencial do discurso publicitário, o aumento do fascínio destes jovens por realidades economicamente inacessíveis torna-se não só compreensível como particularmente problemático. Trata-se de uma realidade que, designada por “*terceiro mundo interno*” (Santos, 1993: 17), constitui um gerador de dinâmicas de (auto)-exclusão social.

Se o contexto de socialização dos jovens do bairro das Andorinhas é a rua, tal não significa que estes se encontrem num vazio social – eles (res)socializam-se dentro de redes alternativas de relações que lhes proporcionam apoio e reconhecimento. Contrariamente à ideia de um espaço anómico, marcado pela dissolução dos vínculos sociais, o que parece existir é uma separação física de espaços e hierarquias sociais, constituindo os conflitos um elemento central na aprendizagem e na reafirmação das regras e das condutas sociais. Se o relacionamento entre as crianças é marcado pela violência e pela competição, é perante a ameaça de um elemento exterior ao bairro que todos que todos esquecem as rivalidades e se organizam contra esse adversário. Aquele que «não é das Andorinhas» funciona assim como um tónico para a união dos mais

<sup>32</sup> - Referimos anteriormente que, no centro da cidade e durante os fins-de-semana ou feriados, algumas crianças podem ser encontradas a vender balões, castanhas, etc.

<sup>33</sup> - Pelo facto de lhes ter sido impedida a entrada nas instalações da Quercus algumas crianças resolveram lançar pedaços de terra para as janelas da sede. Outros episódios de rebeldia ou de inobediência foram comuns ao longo das várias actividades organizadas pelo Projecto Reagir – alguns jovens têm o hábito de usar facas ou canivetes (que constituem mais um símbolo de *status* do que propriamente uma arma) e aconteceram diversos incidentes como lutas e tumultos entre crianças.

novos, e para a exacerbação do sentido de pertença ao bairro. A convicção pela defesa deste território (simbolicamente bem definido) foi bem evidente nos tumultos verificados durante os intercâmbios culturais (inseridos no programa Arco Íris promovido pelo I.G.A.P.H.E.) realizados com o bairro social de Lousado (freguesia de Famalicão). Durante as actividades sucederam-se diversas provocações de parte a parte, tendo inclusive acontecido cenas de pancadaria<sup>34</sup>. Estes acontecimentos devem ser interpretados como um ataque defensivo e, acima de tudo, essencial à preservação do «bom nome» do bairro - a falta de resposta a essas provocações seria interpretada como um sinal de fraqueza. Pela capacidade demonstrada em gerar toda uma concepção de si coerente com a identidade social do bairro, a oposição Andorinhas/Famalicão constituiu por si um importante mecanismo identitário. Mais do que uma oposição de classe, o «de Famalicão» representou aqui o “outro identitário” (Goffman: 1993), o oposto que possibilita a criação do próprio “Eu” (ao mesmo tempo individual e colectivo).

Os jovens das Andorinhas parecem perfeitamente cientes das reputações do bairro, e o facto de viverem numa área da cidade considerada «pesada» torna-se importante para eles - “*olha que eu sou das Andorinhas!*”, ameaçava-me um jovem de 14 anos quando lhe dizia que não podia jogar computador. Viver num espaço desqualificado em termos urbanos e sociais representa pois viver num espaço com uma carga simbólica muito forte.

Nos torneios de futebol realizados, em que várias crianças defrontaram equipas de outras zonas da cidade, as normas, os valores e os tipos de comportamento adquiridos no decurso da socialização no bairro foram claramente adaptados ao contexto futebolístico - os actos de indisciplina foram frequentes e o arrependimento em relação aos mesmos não foi reconhecido<sup>35</sup>. Com os seus cânticos próprios<sup>36</sup> a claque de futebol do Sporting de Braga “*Red Boys Andorinhas*” constitui o local ideal para evidenciarem as credenciais próprias do bairro em que vivem. A identificação com a vida e os códigos da rua é tanto maior quanto a integração no grupo se concretiza. Os *graffitis* e as assinaturas nas paredes – que devem ser interpretados como uma forma de marcação desse território e de construção da identidade grupal – constituem um outro indicador do complexo processo de guetização e de segregação espacial que se encontra montado.

Se é verdade que o grupo se mostra capaz de gerar laços internos de tipo comunitário, ele mostra-se contudo ineficaz no despoletar de laços que unam os seus membros ao resto da sociedade. Esta incapacidade parece contribuir para o agravamento do processo de exclusão - aconteceram diversos comportamentos agressivos para com adultos de outras zonas da cidade<sup>37</sup>, que não só geraram

<sup>34</sup> - Descrevendo a recepção feita pelos jovens das Andorinhas aos seus congéneres de Lousado, o JN (9-9-1998) fazia-o da seguinte forma: “*Mal chegou o autocarro de Lousado, gritaram, alto e bom som, a uma só voz: ‘Vamos f... o focinho!’ A razão deram-na depois: ‘É que não são do nosso bairro!’*”.

<sup>35</sup> - No dia da inauguração da loja 1 (onde funciona hoje o A.T.L. organizado pelo Projecto Reagir), e respondendo a um fotógrafo do Jornal de Notícias que lhe perguntava que actividades realizavam, um jovem morador de 14 anos respondeu qualquer coisa como «*é fixe, jogamos jogos, jogamos futebol. Participámos num torneio e ganhámos uma medalha. Andámos à porrada e tudo!*». Este jovem referia-se a um episódio em que, no final de uma partida de futebol, a equipa do bairro das Andorinhas tentou agredir o árbitro do encontro.

<sup>36</sup> - Durante os vários passeios organizados com as crianças, foi frequente ouvi-las cantar “*Nós somos das Andorinhas. Somos uma malta do caralho*».

<sup>37</sup> - Durante o meu período de trabalho em regime de voluntário na Quercus, era comum autorizar as crianças do bairro a jogarem computador. Numa ocasião, algumas alunas da Universidade do Minho compareceram nas instalações para elaborarem uma pesquisa bibliográfica, pelo que foi pedido aos mais novos para se retirarem da sala. Pelo facto de não ter chegado a sua vez de jogar, a reacção de uma criança de 13 anos orientou-se para o insulto obsceno das pessoas que se encontravam dentro da sede (“putas”, “vacas”, “pastoras”, “paneiro”, “panasca”). Perante o que sucedia, ficou manifesto nas alunas um sentimento de desconforto, e a pesquisa que tencionavam fazer foi adiada para outra ocasião.

reações de afastamento por parte dos segundos, como reforçaram, por parte destes, sentimentos de estigma em relação ao bairro e à sua população.

Este contacto assíduo com situações de violência e de delinquência constitui o principal quadro de referência dos mais jovens durante o seu processo de crescimento e de maturação. A possibilidade destes rapazes constituírem potenciais delinquentes adultos parece preocupante, pelo que se torna urgente um acompanhamento continuado desta situação.

#### 4. Reflexões em torno de um projecto de intervenção

Em jeito de conclusão pode ser dito que a situação social do bairro das Andorinhas apresenta 4 grandes características:

1. uma considerável taxa de inactividade (domésticas), de desemprego e de emprego precário.

2. uma elevada taxa de analfabetismo, baixas escolaridades e um ambiente pedagógico familiar pouco favorável a um sucesso nos estudos.

3. uma conflitualidade externa com a vizinhança, e relevantes índices de marginalidade e identidade negativa.

4. uma degradação urbanística, devido à qualidade dos materiais usados, à reduzida organização de moradores em condomínios, à «má» utilização de algumas habitações (portas partidas, etc.) e à ausência de equipamentos e infra-estruturas colectivas.

Se *“a atribuição de casas se apresenta como um elemento importante e fundamental para a mudança e promoção habitacional destas populações, ela não é suficiente numa estratégia global de melhoria da sua qualidade de vida e promoção pessoal e social”* (Freitas, 1994: 34) – o apartamento parece fornecer dinâmicas de mobilidade a quem já as desenvolveu, ou tem possibilidade de as desenvolver. A eficácia do realojamento terá ficado comprometida quanto aos objectivos da alteração substantiva dos modos de vida e da capacidade dos sujeitos intervirem na superação dos constrangimentos e da precariedade das condições de vida que os caracterizam. Este facto parece encerrar um considerável número de habitantes do bairro das Andorinhas num modo de vida próximo da “cultura da pobreza”<sup>38</sup>, onde não se vislumbram perspectivas de saída no futuro, e que, muito pelo contrário, tende a reproduzir-se em segunda geração.

Urge reflectir sobre a eficácia das formas de realojamento em termos de estruturação dos modos de vida, de aquisição de certos padrões de vivência social e de integração e promoção social dos realojados. Um dos principais problemas parece residir justamente na homogeneidade social que define a composição destes bairros - impedindo o contacto com outros grupos de referência de modo a contribuir para a aquisição de outros padrões e de outras possibilidades de vivência social e urbana, fomentadoras de maiores expectativas de promoção social.

Entende-se que qualquer projecto de intervenção deve pensar a (re)inserção social como um processo integrado e complexo, que envolve o Estado, a sociedade, o cidadão e o excluído. Deste modo qualquer plano de combate à pobreza deve esforçar-se por criar as condições para que o excluído possa delinear estratégias de mobilidade ascendente, procurando simultaneamente que a sociedade se modifique, reduzindo os factores de exclusão que contém. Pretendem-se cidadãos conscientes dos seus direitos e não cidadãos servís das instituições e actores do ciclo vicioso da pobreza - “a

<sup>38</sup> - Para compreender melhor estes estilos de vida aconselha-se a leitura do romance “Os filhos de Sanchez” de Oscar Lewis (1979).

*pobreza só por si não gera senão pobreza e dependência*” (1990: 30). Na transformação da população em agente de desenvolvimento torna-se fundamental adoptar uma metodologia de negociação com as mesmas, na qual se devem exigir contrapartidas em todas as disponibilizações de recursos (materiais e humanos). Esta negociação não só promove como implica a participação da população quer na discussão dos objectivos, quer nas formas de implementação das acções, quer também na avaliação dos resultados. Os conflitos existentes devem ser reconhecidos e devem ser transpostos para níveis formais de expressão – tratam-se de novas formas de integração cultural e social, de responsabilização no cumprimento de deveres e reivindicação de direitos, de autonomia e de integração no meio.

“*Os grupos mais deficitários em recursos (isto é, com menos poder), são aqueles que menos se fazem representar nas organizações do poder político, cultural, administrativo e de exercício da violência legitimada*” (Capucha, 1990: 32). A organização das populações aumenta as suas possibilidades de rentabilização dos seus recursos, o que tende a melhorar a sua qualidade de vida<sup>39</sup>.

A criação de condomínios bem como de uma associação de moradores seria um primeiro passo nesse sentido. Estas associações voluntárias permitiriam assim que o cidadão se interessasse pela gestão da comunidade, por forma a propiciar a criação de uma certa consciência colectiva de carácter progressista e construtivo.

Face aos problemas de humidade detectados seria interessante que se elegesse em cada prédio um administrador por forma a que, agregando-se, fosse possível realizar reuniões com as entidades proprietárias e gestoras do bairro, para que as reclamações até aqui apresentadas, sem eficácia, passassem a ser colectivas. Com a colaboração financeira de um possível projecto de intervenção (ou também dos próprios moradores), poderiam ser iniciadas então obras de recuperação e reparação nos prédios.

A intervenção com as famílias ao nível da formação parental seria ainda uma outra iniciativa que daria continuidade ao trabalho desenvolvido pelo Projecto Reagir.

A organização deste tipo de associações e a participação nos cursos de formação seria uma condição para a cedência de qualquer tipo de apoio ou meio<sup>40</sup>.

O trabalho de prevenção primária que se encontra a ser desenvolvido com as crianças pelo Projecto Reagir, deve ser entendido como algo de complementar.

O fomento de associações de jovens locais (grupos desportivos ou musicais, organizações de festas e passeios, criação de um boletim, etc.) viria na linha dos trabalhos anteriormente referidos. A criação de uma biblioteca jardim, de uma hora do conto, de um curso de teatro ou de jardinagem são apenas exemplos de outras actividades possíveis para realizar com as crianças.

O trabalho em rede e o estabelecimento de parcerias deve ser uma outra linha orientadora do projecto. Para além de tentar inserir os habitantes na comunidade julga-se também necessário promover a integração dos associados no bairro. A recuperação física e social do mesmo, bem como o incremento do dinamismo do bloco não habitacional, terá um contributo positivo nos seus sistemas de representações. Estreitando as relações entre as associações seria interessante que estas dispusessem de um funcionário comum que garantisse o funcionamento e a limpeza das sedes. Uma outra forma de impulsionar a animação ao local prende-se com a partilha de sedes com outras associações. De forma esporádica, estas associações poderiam continuar a colaborar em algumas

<sup>39</sup> - É provável que qualquer tentativa de associativismo com este tipo de populações tenda a decorrer num contexto de conflito entre grupos com interesses naturalmente divergentes.

<sup>40</sup> - Como por exemplo não perder os apoios às obras de reparação dos prédios.

actividades com as crianças que se inserissem no seu âmbito de actuação. Não querendo de forma alguma desprezar a importância destas acções, julga-se que estas intervenções só fazem sentido quando inseridas num plano de intervenção mais alargado.

## Bibliografia

ALMEIDA, João Ferreira (1991), “Democracia, Desigualdades, Valores” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 32, pp. 29-34.

ALMEIDA, João Ferreira, CAPUCHA, Luís, COSTA, António Firmino da, MACHADO, Fernando Luís, NICOLAU, Isabel, REIS, Elisabeth, (1992), *Exclusão Social – factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

BAUDRILLARD, Jean (1995), *A Sociedade de Consumo*, Lisboa, Edições 70.

BERNSTEIN, Basil (1982), “A educação não pode compensar a sociedade” in GRÁCIO, S. et al., *Sociologia da educação II*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 19-31.

BOURDIEU, Pierre (1970), *La Reproduction*, Paris, Les Éditions de Minuit.

BOURDIEU, Pierre (1972), *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Genebra, Librairie Droz.

BOURDIEU, Pierre (1980), “*Les modes de domination*” in BOURDIEU, Pierre, *Le Sens Pratique*, Paris, Les Éditions de Minuit, pp. 209-231.

BOURDIEU, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.

CAPUCHA, Luís (1990) “Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social” in *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 8, pp. 29-41.

C.R.S.S. – Serviço sub-Regional de Braga (1998), *Projecto Reagir*, policopiado.  
*Constituição da República Portuguesa*.

CONDE, Idalina (1992), “Percepção estética e públicos da cultura: perplexidade e redundância” in CONDE, Idalina (coord), *Percepção estética e públicos da cultura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

COSTA, Alfredo Bruto da (1998), *Exclusões Sociais*, Lisboa, Gradiva.

COSTA, António Firmino da e MACHADO, Fernando Luís (1987), “Meios populares e escolas primária - pesquisa sociológica num projecto interdisciplinar de investigação-acção” in *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 2., pp. 69-89.

COSTA, António Joaquim (1998), “A violência legítima, a autoridade científica e a teoria dos campos em Pierre Bourdieu”, in *Cadernos do Noroeste*, Vol. 11 (1), pp. 201-226.

FERREIRA, Maria Júlia (1994), “O bairro social do Arco do Cego - uma aldeia dentro da cidade de Lisboa”, in *Análise Social*, Vol. XXIX (127), pp. 697-709.

FREITAS, Maria João (1994), “Os paradoxos do realojamento” in *Sociedade e Território*, nº 20 pp. 26-34.

GOFFMAN, Erving (1988), *Estigma, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara.

GOFFMAN, Erving (1993), *A Apresentação do Eu na Vida Quotidiana*, Lisboa, Relógio d'Água.

GONÇALVES, Helena Seita (1994), “Processos de (re)construção de identidades culturais num bairro de habitação social”, in *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 16, pp. 135-149.



GUERRA, Isabel (1996), “Reflexões em torno do realojamento: como produzir o espaço é produzir uma sociedade” in *Cadernos do Noroeste*, Vol. 9 (1), pp. 169-178.

JESUÍNO, Jorge Correia (1987), *Processos de Liderança*, Lisboa, Novos Horizontes.

Jornal de Notícias (9-9-1998).

LEANDRO, Maria Engrácia (1991), “Assumir o entardecer da vida – novas atitudes se impõem”, in *Cadernos do Noroeste*, vol.4 (6-7), pp. 359-367.

LEWIS, Oscar (1979), *Os filhos de Sanchez*, Lisboa, Moraes Editores.

LIPOVETSKY, Gilles (1989), *A era do vazio, ensaio sobre o individualismo contemporâneo*, Relógio D'Água.

MAUSS, Marcel, (1974) “Ensaio sobre a Dádiva” in *Sociologia e Antropologia*, Vol. II, S. Paulo.

MÓNICA, Maria Filomena, (1996) “Os Costumes em Portugal” in *Cadernos do Público*, nº 1, Jornal PÚBLICO.

MURPHY, Patrick, WILLIAMS, John e DUNNING, Eric (1984), *O futebol no banco dos réus*, Oeiras, Celta Editora.

NEVES, Isabel e MORAIS, Ana Maria (1996), “Teorias de instrução na família e aproveitamento escolar”, in *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 19, pp. 127-164.

PAIS, José Machado (1985), “Família, sexualidade, religião” in *Análise Social*, vol. XXI (86), 345-389.

PINTO, José Madureira (1991), “Considerações sobre a produção social de identidade”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 32, pp. 217-231.

*Público* (19-2-1999).

RODRIGUES, Julieta de Almeida (1983), “Continuidade e mudança nos papéis das mulheres urbanas portuguesas: emergência de novas estruturas familiares” in *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), pp. 909-938.

RODRIGUES, Walter (1992), “Urbanidade e novos estilos de vida, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 12.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1998), *Reinventar a Democracia*, Lisboa, Gradiva.

SEBASTIÃO, João (1996), “Crianças da Rua: marginalidade e sobrevivência” in *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 19, pp. 83-107.

SILVA, Luísa Ferreira da (1991), “«O direito de bater na mulher» - violência interconjugal na sociedade portuguesa”, in *Análise Social*, vol. XXVI (111), pp. 385-397.

SCHMIDT, Luísa (1990) “Jovens: família, dinheiro, autonomia” in *Análise Social*, vol. XXV (108-109), pp. 645-673.

TORRES, Anália (1987), “Mulheres, divórcio e mudança social - divórcio tendências actuais” in *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 2, pp. 117-156.

XIBERRAS, Martine (1996), *As Teorias da Exclusão, Para Uma Construção do Imaginário do Desvio*, Lisboa, Instituto Piaget.